



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para Provimento de Cargos de
Agente da Fiscalização Financeira

Prova Cargo D04, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões objetivas, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Prova Discursiva - Redação e o espaço destinado ao rascunho. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- fazer a Prova Discursiva - Redação, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Prova Discursiva - Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para a Folha de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Dezembro/2005

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Maquiavel sempre vivo

Voltado para os problemas políticos específicos que viviam os pequenos principados italianos, quase todos submetidos a princípios tirânicos, Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreveu **O Príncipe**, obra considerada basilar da ciência política. Não espanta que esse pequeno tratado, concebido na Renascença, venha até hoje servindo de inspiração para políticos de todas as inclinações e ideologias. Injustamente reconhecido como um texto de caráter maligno e cínico – qualidades que perduram no emprego do adjetivo maquiavélico – **O Príncipe** é, na verdade, um conjunto de argutas análises do exercício concreto do poder. Tem, também, um caráter prescritivo: dedicado ao jovem príncipe Lorenzo de Medicis, reúne inúmeros aconselhamentos pragmáticos, apresentados como lições de sabedoria política.

Uma das contribuições desse tratado foi o deslocamento do conceito de virtude, que Maquiavel passa a compreender não mais em seu sentido moral, mas como discernimento político, qualidade indispensável para um bom governante. Vale dizer: o pensador italiano evitou confundir Religião e Estado; separou essas duas instâncias e dedicou-se a uma análise inteiramente objetiva dos mecanismos práticos que tanto permitem chegar ao poder como mantê-lo.

O leitor de Maquiavel acaba encontrando nesse texto admirável uma série de análises e revelações que permitem desmascarar os habituais embustes das ideologias mais abstratas, dessas que se apegam a supostos princípios de validade universal para melhor encobrirem práticas de proveito particular. Ou seja: além de ser útil aos “príncipes”, essa obra continua sendo valiosa para todo aquele que queira se inteirar da lógica que comanda as ações de quem deseja alcançar o poder e nele se manter.

(Dorival Santino)

1. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor do texto considera que a principal contribuição de Maquiavel foi adequar o pragmatismo político de seu tratado aos exigentes princípios morais de sua época.
- II. O fato de Maquiavel preocupar-se com a análise objetiva e concreta do exercício do poder dota seu tratado de um caráter pedagógico que se tem mostrado resistente ao tempo.
- III. Em plena Renascença, Maquiavel soube ver que o plano religioso e o plano das ações políticas tecem entre si íntimas relações, sendo por isso necessário analisá-las a fundo.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. De acordo com o terceiro parágrafo, as lições de Maquiavel

- (A) se apegam a supostos princípios de validade universal, para melhor exporem suas qualidades pragmáticas.
- (B) expõem com extrema habilidade os argumentos das ideologias mais abstratas, tomando-os como se fossem objetivos.
- (C) mostram que não há possibilidade de qualquer proveito pessoal quando se manipulam princípios de validade universal.
- (D) são úteis tanto para quem exerce o poder como para quem simplesmente deseja analisar os fundamentos desse exercício.
- (E) fundem ideologia e pragmatismo, obrigando o leitor a considerar os argumentos próprios a cada uma dessas duas esferas.

3. Uma das contribuições desse tratado foi o deslocamento do conceito de virtude, que Maquiavel passa a compreender não mais em seu sentido moral, mas como discernimento político.

No contexto da frase acima,

- (A) a palavra *que* toma como referência anterior e direta a palavra *tratado*.
- (B) o sentido da palavra *deslocamento* é equivalente ao de *supressão*.
- (C) a opção pela forma passiva de *passa a compreender* levaria a *passam a ser compreendidos*.
- (D) seria preferível a utilização da forma plural *foram*, em atendimento à expressão *Uma das contribuições*.
- (E) o sentido da expressão *não mais* tem como pressuposto a duração de algo *até então*.

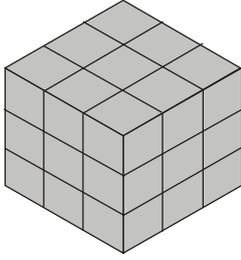
4. Maquiavel escreveu um tratado político, e a potência de análise desse tratado político permite considerar esse tratado político como um texto que efetivamente revela os mecanismos do poder, embora sempre haja quem julgue indevassáveis esses mecanismo do poder, pois todos os políticos buscam dissimular esses mecanismo do poder.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por

- (A) cuja potência de análise / considerá-lo / os julgue indevassáveis / dissimulá-los.
- (B) em cuja potência de análise / o considerar / lhes julgue indevassáveis / os dissimular.
- (C) cuja a potência de análise / considerá-lo / julgue-os indevassáveis / dissimular-lhes.
- (D) que a potência de análise / considerar-lhe / os julgue indevassáveis / dissimulá-los.
- (E) de cuja potência de análise / lhe considerar / os julgue indevassáveis / lhes dissimular.

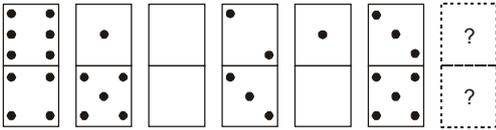
<p>5. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Compreenda-se as lições de O Príncipe não como exercícios de cinismo, mas como exemplos de análises a que não se devem furtar toda gente interessada na lógica do poder, seja para exercê-lo, seja para criticá-lo.</p> <p>(B) A problemática divisão da Itália em principados, que tanto preocupavam Maquiavel, fizeram com que ele se dedicasse à ciência política, em cujos fundamentos espelha-se, até hoje, aqueles que se preocupam com o poder.</p> <p>(C) Integrava as qualidades morais a da virtude, tomada num sentido essencialmente religioso, até que Maquiavel, recusando esse plano de valores em que a inseriam, deslocou seu sentido para o campo da política.</p> <p>(D) Todas as acepções de virtude, até o momento em que surgiu Maquiavel, compunha-se no campo da moral e da religião, e estendia-se à esfera da política, como se tudo fosse essencialmente um mesmo fenômeno.</p> <p>(E) Nunca faltaram aos “príncipes” de ontem, de hoje e de sempre a ambição desmedida pelo poder e pela glória pessoal, mas couberam a poucos discernir as sutilezas da política, em que Maquiavel foi um mestre.</p>	<p>8. <i>Deduz-se da leitura do texto que seu autor julga Maquiavel ter prestado um serviço não apenas aos poderosos governantes, mas também aqueles que têm interesse em analisar a exaustão as práticas políticas.</i></p> <p>O texto acima resultará correto caso se substitua</p> <p>I. <i>Deduz-se da leitura por Se deduz à leitura.</i></p> <p>II. <i> julga Maquiavel ter prestado por julga ter prestado Maquiavel.</i></p> <p>III. <i> aqueles por àqueles.</i></p> <p>IV. <i> a exaustão por à exaustão.</i></p> <p>Impõem-se as substituições constantes em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III, somente.</p> <p>(C) II, III e IV, somente.</p> <p>(D) I, III e IV, somente.</p> <p>(E) II e III, somente.</p>
<p>6. As expressões <u>de que</u> e <u>com que</u> preenchem corretamente, nessa ordem, as lacunas da frase:</p> <p>(A) O prestígio o texto de Maquiavel desfruta até hoje é merecido, pois é um tratado político muitos têm muito a aprender.</p> <p>(B) As qualidades morais muitos estavam habituados a considerar como tais foram substituídas pelas políticas, no tratado Maquiavel tornou uma obra basilar.</p> <p>(C) Os valores abstratos muita gente costuma cultuar não tinham, para Maquiavel, qualquer aplicação pudesse se valer na análise da política.</p> <p>(D) O adjetivo <i>maquiavélico</i>, muitos utilizam para denegrir o caráter de alguém, ganhou uma acepção costumam discordar os cientistas políticos.</p> <p>(E) A leitura de O Príncipe, muita gente até hoje se entrega, interessa a todos se sintam envolvidos na lógica da política.</p>	<p>9. Está inteiramente correta a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Poucos, na Renascença, imaginariam que um texto escrito àquela época venha a permanecer vivo por tantos séculos.</p> <p>(B) O Príncipe não teria tido um peso tão decisivo no caso àquela época vierem a ser separados o poder do Estado do poder religioso.</p> <p>(C) Ainda há quem considere O Príncipe uma obra satânica, por ter desvendado os subterfúgios dos políticos quando se encontrarem no poder.</p> <p>(D) Não se sabe de algum pensador que pudesse ter tido influência sobre Maquiavel, antes que este tivesse escrito O Príncipe.</p> <p>(E) Se ainda hoje tantos se beneficiam da leitura desse tratado, imagine-se o quanto haverão de se beneficiar os que o leram àquela época.</p>
<p>7. A pontuação está inteiramente correta em:</p> <p>(A) Nicolau Maquiavel analisando os problemas dos principados italianos, escreveu em plena Renascença, um tratado sobre os fundamentos das ações políticas.</p> <p>(B) Em plena Renascença, Maquiavel, analisando os problemas dos principados italianos, escreveu O Príncipe, um verdadeiro tratado de política.</p> <p>(C) Quando escreveu O Príncipe Maquiavel preocupou-se com os problemas, dos principados italianos, resultando uma obra, considerada basilar, para quem se interesse por política.</p> <p>(D) Tendo escrito O Príncipe, em plena Renascença Maquiavel nos legou sem dúvida, um tratado sobre política cujo valor continua sendo reconhecido em nosso tempo.</p> <p>(E) Poucos imaginariam que, aquele tratado sobre política datado da Renascença, teria um valor tal que se manteria vivo, por tantos séculos, e, continuaria atual em plena modernidade.</p>	<p>10. No contexto do último período do texto, o sentido da expressão <i>além de ser útil</i> é equivalente ao da expressão</p> <p>(A) ainda que fosse útil.</p> <p>(B) a fim de ser útil.</p> <p>(C) uma vez sendo útil.</p> <p>(D) à medida que é útil.</p> <p>(E) ademais de ser útil.</p>

11. Considere que o cubo mostrado na figura foi montado a partir de pequenos cubos avulsos, todos de mesmo tamanho.

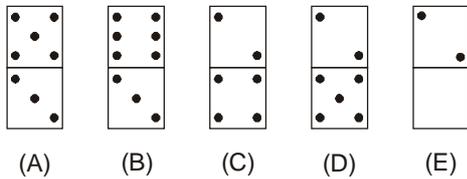


O número de cubos que podem ser visualizados nessa figura é

- (A) 9
(B) 18
(C) 27
(D) 36
(E) 48
12. As pedras de dominó abaixo foram, sucessivamente, colocadas da esquerda para a direita e modo que, tanto a sua parte superior como a inferior, seguem determinados padrões.



A pedra de dominó que substitui a que tem os pontos de interrogação é



13. Distinguir pensamentos, emoções e reações é um instrumento importante para avaliar a inteligência pessoal de um indivíduo e permitir que ele tenha uma consciência desenvolvida e eficaz de si mesmo.

Considerando os pensamentos como processos cognitivos, as emoções como resultados psicológicos e as reações como respostas físicas, analise o seguinte fato.

Você gasta mais de uma hora escolhendo o que vestir para ir a uma festa na empresa onde trabalha, pois pretende impressionar o seu chefe. Entretanto, ele deixa de cumprimentá-la por seu aspecto. O que você faria?

- Gostaria de fazer algum comentário.
- O questionaria sobre sua indumentária.
- Se sentiria deprimido por não sentir que seu esforço foi reconhecido.

As opções de respostas, 1, 2 e 3 são, respectivamente, caracterizadas como

- (A) pensamento, emoção e reação.
(B) pensamento, reação e emoção.
(C) emoção, pensamento e reação.
(D) emoção, reação e pensamento.
(E) reação, emoção e pensamento.

14. Um fato curioso ocorreu com meu pai em 22 de outubro de 1932. Nessa data, dia de seu aniversário, ele comentou com seu avô que sua idade era igual ao número formado pelos dois últimos algarismos do ano de seu nascimento. Ficou, então, muito surpreso quando seu avô, que igualmente fazia aniversário na mesma data, observou que o mesmo ocorria com a sua idade. Nessas condições, é correto afirmar que a diferença positiva entre as idades de meu pai e desse meu bisavô, em anos, é

- (A) 40
(B) 42
(C) 45
(D) 47
(E) 50

15. Ernesto é chefe de uma seção do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na qual trabalham outros quatro funcionários: Alicia, Benedito, Cíntia e Décio. Ele deve preparar uma escala de plantões que devem ser cumpridos por todos, ele inclusive, de segunda à sexta-feira. Para tal, ele anotou a disponibilidade de cada um, com suas respectivas restrições:

- Alicia não pode cumprir plantões na segunda ou na quinta-feira, enquanto que Benedito não pode cumprilos na quarta-feira;
- Décio não dispõe da segunda ou da quinta-feira para fazer plantões;
- Cíntia está disponível para fazer plantões em qualquer dia da semana;
- Ernesto não pode fazer plantões pela manhã, enquanto que Alicia só pode cumprilos à noite;
- Ernesto não fará seu plantão na quarta-feira, se Cíntia fizer o dela na quinta-feira e, reciprocamente.

Nessas condições, Alicia, Benedito e Décio poderão cumprir seus plantões simultaneamente em uma

- (A) terça-feira à noite.
(B) terça-feira pela manhã.
(C) quarta-feira à noite.
(D) quarta-feira pela manhã.
(E) sexta-feira pela manhã.

Instruções: As questões de números 16 e 17 referem-se à opção de “Relatório de tabela e gráfico dinâmicos” do Microsoft Excel 2000.

16. Para elaborar um relatório de tabela dinâmica por meio da opção “Relatório de tabela e gráfico dinâmicos”, deve ser acessado, em primeira instância, o menu

- (A) Formatar.
(B) Inserir.
(C) Dados.
(D) Ferramentas.
(E) Exibir.

17. A elaboração de relatórios de tabelas dinâmicas é orientada por um assistente próprio para ajudar nessa tarefa. Caso na primeira etapa do “Assistente de tabela dinâmica e gráfico dinâmico” seja escolhida, como origem dos dados, a opção “Vários intervalos de consolidação” e acionado o botão “Avançar”, a janela da etapa 2 apresentará, em primeira instância, uma pergunta que diz respeito
- (A) à definição do local onde se deseja colocar a tabela dinâmica.
 - (B) à localização dos dados que se deseja analisar.
 - (C) ao tipo de relatório que se deseja criar.
 - (D) à quantidade de campos de página que se deseja.
 - (E) à localização dos intervalos de planilha que se deseja consolidar.

Instruções: As questões 18 e 19 referem-se ao Microsoft Word 2000.

18. Pertence à inserção de Campo, na categoria Numeração, o nome de campo
- (A) BarCode.
 - (B) Advance.
 - (C) EditTime.
 - (D) Index.
 - (E) DocVariable.

19. Para a impressão de uma marca d’água em um documento é necessário que se oculte o texto do documento para a inserção da marca desejada. A ocultação é possibilitada no menu Exibir e opção
- (A) Texto formatado com estilo de texto oculto e a posição da marca na página fica limitada ao centro da página.
 - (B) Rodapé, porém, a formatação do texto deve ser feita com o estilo Rodapé ou Primeiro recuo de corpo de texto. Escolhido o primeiro estilo a marca será impressa no final da página. Escolhido o segundo estilo a marca será impressa no centro da página.
 - (C) Cabeçalho ou rodapé e a posição da marca na página fica limitada ao início ou fim da página.
 - (D) Cabeçalho, porém, a formatação do texto deve ser feita com o estilo Cabeçalho ou Primeiro recuo de corpo de texto. Escolhido o primeiro estilo a marca será impressa no início da página. Escolhido o segundo estilo a marca será impressa no centro da página.
 - (E) Cabeçalho ou rodapé, porém, a posição da marca na página não necessita ficar limitada ao início ou fim da página.

20. O elemento de um microcomputador que não pode ter dados gravados pelo usuário, mas cuja gravação das informações referentes às rotinas de inicialização é feita pelo fabricante do microcomputador é
- (A) o *cache* de disco rígido.
 - (B) a memória ROM.
 - (C) a memória virtual.
 - (D) o *Universal Serial Bus*.
 - (E) a memória RAM.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei Federal nº 8.666/93 confere à Administração, em relação aos contratos administrativos, a prerrogativa de
- (A) alterar, unilateralmente, cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos.
 - (B) alterá-los, unilateralmente, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
 - (C) modificá-los, desde que com a anuência do Contratado, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
 - (D) rescindi-los, unilateralmente, quando da suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração em função de interesse público, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
 - (E) fiscalizar-lhes a execução, desde que com anuência do Contratado.
22. Para efeito de habilitação nas licitações modalidade Concorrência e Tomada de Preços, constitui documentação relativa à qualificação econômico-financeira:
- (A) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
 - (B) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com a indicação das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
 - (C) garantia limitada a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto da contratação.
 - (D) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
 - (E) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
23. Relativamente ao regime previdenciário dos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que
- (A) exclusivamente o tempo de contribuição federal será contado para efeito de aposentadoria.
 - (B) os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a mesma.
 - (C) o titular de cargo de provimento efetivo será aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade.
 - (D) a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - (E) ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto no art. 40 da mesma.
24. No exercício do controle externo da Administração Pública, o Tribunal de Contas
- (A) não pode apreciar a constitucionalidade das leis.
 - (B) não pode sustar ato administrativo irregular.
 - (C) aprecia, exclusivamente mediante parecer prévio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.
 - (D) pode revogar ato administrativo, diante da sua inconveniência.
 - (E) aprecia, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias.

<p>25. No tocante às despesas do Município, é correto afirmar que</p> <p>(A) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 8% (oito por cento) da receita do Município.</p> <p>(B) em Municípios de mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a 90% (noventa por cento) dos subsídios dos deputados estaduais.</p> <p>(C) a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.</p> <p>(D) o total da despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar o percentual de 5% (cinco por cento) para Municípios com população acima de 100.000 (cem mil) habitantes.</p> <p>(E) constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal o desrespeito ao limite de gasto da Câmara Municipal com folha de pagamento.</p>	<p>28. No sistema único de saúde, a Constituição Federal</p> <p>(A) proíbe a participação das instituições privadas no sistema, que deve ser integralmente estruturado por entes públicos.</p> <p>(B) permite a participação das entidades privadas, de forma complementar, com preferência para as instituições de fins lucrativos, mais eficientes no atendimento.</p> <p>(C) permite a ampla participação das instituições privadas na assistência à saúde, inclusive de empresas ou capitais estrangeiros.</p> <p>(D) proíbe a participação das instituições privadas, se contratadas mediante convênio ou contrato de direito público.</p> <p>(E) proíbe a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.</p>
<p>26. De acordo com a disciplina constitucional da educação,</p> <p>(A) é incondicionadamente livre o ensino à iniciativa privada.</p> <p>(B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.</p> <p>(C) o ensino médio deve ser preferencialmente oferecido no período noturno.</p> <p>(D) o ensino fundamental regular deve ser ministrado exclusivamente em língua portuguesa.</p> <p>(E) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.</p>	<p>29. A norma da Constituição Federal que dispõe que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa, representa a adoção da</p> <p>(A) responsabilidade civil subjetiva do Estado.</p> <p>(B) responsabilidade civil objetiva do Estado.</p> <p>(C) teoria do funcionário de fato.</p> <p>(D) teoria do fato do príncipe.</p> <p>(E) responsabilidade penal do Estado.</p>
<p>27. Dentre as funções do sistema de controle interno a ser mantido, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, está a de</p> <p>(A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.</p> <p>(B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.</p> <p>(C) determinar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.</p> <p>(D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.</p> <p>(E) emitir parecer prévio sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, etapa necessária para a aprovação dessa lei.</p>	<p>30. A Constituição do Estado de São Paulo prevê, quanto à administração pública, que</p> <p>(A) o direito de greve dos servidores públicos, bem como a sua associação sindical, são incondicionados.</p> <p>(B) o Poder Público deve, direta ou indiretamente, fomentar a publicidade fora do território do Estado para fim de propaganda governamental.</p> <p>(C) os órgãos da Administração direta e indireta ficam obrigados a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.</p> <p>(D) devem ser estipulados limites de idade diferenciados para ingresso por concurso público na administração direta ou indireta, de acordo com as exigências de cada cargo.</p> <p>(E) a publicação no órgão oficial do Estado, de atos normativos e administrativos, poderá ser resumida.</p> <p>31. O prazo para o Poder Executivo publicar e enviar ao Legislativo o relatório resumido da execução orçamentária, nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, é de</p> <p>(A) até dez dias antes do encerramento da sessão legislativa.</p> <p>(B) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.</p> <p>(C) sessenta dias após a vigência da lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) até três meses antes da votação da lei orçamentária anual.</p> <p>(E) seis meses após o início da referida execução.</p>

<p>32. A sanção que a Constituição do Estado de São Paulo prevê para as hipóteses em que o Estado responsabilizar os seus servidores por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais é a de</p> <p>(A) perda do cargo público. (B) cassação da aposentadoria. (C) disponibilidade da função exercida. (D) seqüestro e perdimento dos bens. (E) advertência e suspensão não-remunerada do cargo.</p>	<p>36. No crime de peculato, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público</p> <p>(A) não é elementar, não se comunicando, portanto, ao concorrente particular. (B) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, se este conhecia a condição daquele. (C) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular. (D) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação, ao concorrente particular. (E) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.</p>
<p>33. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes</p> <p>(A) às pessoas jurídicas de direito público interno. (B) a quaisquer pessoas jurídicas da administração pública direta e indireta. (C) às pessoas jurídicas de direito público interno e externo. (D) às pessoas jurídicas públicas e às pessoas jurídicas privadas de fins não-econômicos. (E) aos Estados estrangeiros para sede de suas embaixadas ou de consulados.</p>	<p>37. Pratica o crime de condescendência criminosa</p> <p>(A) o funcionário público que, para satisfazer interesse pessoal, deixa de praticar ato de ofício. (B) a pessoa que solicita vantagem para si, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. (C) o funcionário que, valendo-se de sua condição, patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública. (D) a pessoa que presta a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. (E) o funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.</p>
<p>34. Segundo o Código Civil,</p> <p>(A) todas as regras pertencentes aos negócios jurídicos aplicam-se aos atos jurídicos lícitos. (B) atos jurídicos e negócios jurídicos são expressões sinônimas. (C) se aplicam aos atos jurídicos lícitos, quando couber, as disposições referentes aos negócios jurídicos. (D) em nenhuma hipótese se aplicam aos atos jurídicos as regras pertinentes aos negócios jurídicos. (E) todas as regras pertinentes aos negócios jurídicos aplicam-se aos atos ilícitos.</p>	<p>38. Constitui crime autorizar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal em período anterior ao final do mandato ou da legislatura, período esse consistente em</p> <p>(A) sessenta dias. (B) noventa dias. (C) cento e vinte dias. (D) cento e oitenta dias. (E) trezentos e sessenta dias.</p>
<p>35. Analise as seguintes disposições do Código Civil e indique a interpretação correta.</p> <p><i>Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.</i></p> <p><i>Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.</i></p> <p><i>Art. 188. Não constituem atos ilícitos:</i></p> <p><i>I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;</i></p> <p><i>II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.</i></p> <p><i>Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.</i></p> <p>(A) o estado de necessidade não exclui a ilicitude do ato. (B) o artigo 186 se refere à responsabilidade civil objetiva. (C) o artigo 188 estabelece a identificação entre a responsabilidade civil e penal. (D) o artigo 187 se identifica com o abuso de direito. (E) embora praticado o ato em legítima defesa ou no exercício regular de direito o agente sempre ficará obrigado a reparar o dano.</p>	<p>39. Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é um dos requisitos preliminares para a constituição da companhia</p> <p>(A) o depósito da parte do capital realizado em dinheiro por qualquer acionista, no prazo de quinze dias contados do recebimento das quantias. (B) a subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto. (C) o depósito, em qualquer estabelecimento bancário, do valor do capital a ser realizado em dinheiro. (D) a subscrição, pelo menos por três pessoas, de 10% das ações em que se divide o capital social fixado no estatuto. (E) a realização, como entrada, de 20% (vinte por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.</p>

<p>40. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regula o exercício financeiro dispondo que</p> <p>(A) o exercício financeiro não poderá coincidir com o ano civil.</p> <p>(B) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício anterior.</p> <p>(C) consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não-processadas.</p> <p>(D) as regras sobre exercício financeiro podem ser criadas pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto.</p> <p>(E) somente os créditos da Fazenda Pública de natureza tributária serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.</p>	<p>44. De acordo com a Lei Complementar nº 709/93 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é composto por</p> <p>(A) sete Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do Estado.</p> <p>(B) oito Conselheiros, nomeados de conformidade com a Lei Orgânica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.</p> <p>(C) oito Conselheiros, nomeados pelo Chefe do Executivo, após aprovação em concurso público de títulos e provas.</p> <p>(D) nove Conselheiros, eleitos por voto direto e secreto.</p> <p>(E) dez Conselheiros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.</p>
<p>41. Ao classificar as despesas públicas, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, considera “Transferências Correntes”</p> <p>(A) as subvenções sociais e econômicas, inativos, pensionistas, salário-família, abono familiar, juros da Dívida Pública e contribuições previdenciárias.</p> <p>(B) os serviços de terceiros, material de consumo, encargos diversos, serviço em regime em programação especial e material permanente.</p> <p>(C) o pessoal civil e militar, encargos diversos, aquisição de imóveis e material de consumo.</p> <p>(D) a amortização de empréstimos, alienação de bens, constituição de fundos rotativos, concessão de empréstimos e operações de crédito.</p> <p>(E) os juros da dívida ativa, subvenções sociais, aquisição de títulos representativos, material de consumo e amortização de empréstimos.</p>	<p>45. Cumprindo determinação constitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) dispõe que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:</p> <p>(A) União, Estados e Municípios: 50%.</p> <p>(B) Municípios e Estados: 50% e União: 60%.</p> <p>(C) União: 50% e Estados e Municípios: 60%.</p> <p>(D) União, Estados e Municípios: 60%.</p> <p>(E) União: 40%, Estados: 50% e Municípios: 60%.</p>
<p>42. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68), o ato pelo qual o funcionário, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurada, apenas, a contagem do tempo de serviço em cargos anteriores, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, denomina-se</p> <p>(A) reintegração.</p> <p>(B) reversão.</p> <p>(C) readaptação.</p> <p>(D) readmissão.</p> <p>(E) aproveitamento.</p>	<p>46. Acerca da prestação de contas do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar, com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Estadual, respectivamente, que o Tribunal de Contas da União</p> <p>(A) terá o parecer sobre suas contas proferido no prazo legal pela Comissão de Deputados Federais; e o Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de sessenta dias.</p> <p>(B) terá o parecer sobre suas contas proferido no prazo legal pelo Senado Federal; e o Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, semestralmente, à Comissão Parlamentar Especial da Assembléia Legislativa, que as encaminhará ao Tribunal de Justiça do Estado, para aprovação no mesmo exercício financeiro.</p>
<p>43. A respeito das penas disciplinares, o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68) dispõe que</p> <p>(A) a pena de repreensão poderá ser aplicada verbalmente.</p> <p>(B) o exercício de advocacia administrativa pelo funcionário público acarreta aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.</p> <p>(C) o não-comparecimento do funcionário por quinze dias consecutivos caracteriza abandono de cargo, punível com a pena de demissão.</p> <p>(D) a punibilidade da falta sujeita à pena de demissão prescreverá em três anos.</p> <p>(E) ao servidor já aposentado não será aplicada penalidade por infração cometida em atividade, sendo a aposentadoria causa de extinção da punibilidade.</p>	<p>(C) prestará, anualmente, suas contas à Câmara dos Deputados; e o parecer sobre as contas do Tribunal de Contas do Estado será proferido, semestralmente, pela Assembléia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.</p> <p>(D) terá o parecer sobre suas contas proferido no prazo legal pela Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores; e o Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembléia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.</p> <p>(E) prestará suas contas à Comissão Parlamentar Permanente do Senado Federal; e o parecer sobre as contas do Tribunal de Contas do Estado será proferido, trimestralmente, pela Assembléia Legislativa, para aprovação até o final do exercício financeiro seguinte.</p>

47. No exercício contábil de 2004 a Cia. Caxambu apura como Custo de Mercadorias Vendidas o valor de R\$ 360.000,00. Essa empresa tem como política manter a rotação de seus estoques em 9 dias. Para que esse objetivo seja alcançado, o valor a ser mantido em média nos seus estoques deve ser, em reais,

- (A) 40.000
- (B) 36.000
- (C) 24.000
- (D) 12.000
- (E) 9.000

48. Uma empresa efetua a reavaliação de todos os itens do seu Imobilizado em 31.12.2004 para R\$ 10.000.000. O reconhecimento e o registro inicial desse procedimento contábil afetam a elaboração das seguintes demonstrações contábeis obrigatórias:

- (A) Demonstração das Mutações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.
- (B) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados e Demonstração dos Resultados de Exercício.
- (C) Demonstração dos Resultados de Exercício, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.
- (D) Fluxo de Caixa Indireto e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.
- (E) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

49. De acordo com a legislação societária, ao identificar itens representativos do estoque com valor de mercado inferior ao de custo histórico, o contador deve

- (A) ajustar o valor registrado a custo histórico, atendendo ao princípio do custo histórico como base de valor.
- (B) creditar uma conta de Provisão para Perdas nos Estoques e debitar o Custo das Mercadorias Vendidas, pelo valor da diferença.
- (C) constituir uma Provisão para Perdas nos Estoques, debitando conta de perda e creditando a provisão pela diferença dos valores.
- (D) debitar a conta de Estoques e creditar a conta de Custo das Mercadorias Vendidas, pelo valor de mercado.
- (E) debitar a própria conta de Estoques pelo valor da diferença, lançando a crédito da conta de Custo das Mercadorias Vendidas.

Instruções: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 50 e 51.

Dos livros e das demonstrações contábeis da Cia. Ouro Verde, após um levantamento de dados realizado no período contábil de 2000/2002, são extraídas as seguintes informações (valores em reais):

1. Evolução das fontes de recursos:

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2000	2001	2002
Passivo Circulante	100.000	110.000	158.000
Passivo Exigível a Longo Prazo	200.000	220.000	242.000
Patrimônio Líquido	300.000	320.000	290.000
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.000	650.000	690.000

2. Operações identificadas no período relativas à movimentação e formação do Capital de Terceiros:

As obrigações decorrentes do fluxo operacional apresentam um crescimento compatível com o crescimento das operações da empresa, enquanto que, o Exigível a Longo Prazo é formado unicamente por um empréstimo em moeda estrangeira captado junto ao Banco Eficiente, em 30.12.2000, pelo prazo de 10 anos, com carência de 6 anos, pagável em 4 prestações anuais, após o período de carência, com juros de 10% ao ano, pagos mensalmente ao final de cada mês de incidência.

3. Movimentações identificadas no período, relativas ao Capital Próprio:

No período examinado, identificou-se no ano de 2000, um aumento de Capital Social com aporte de recursos por parte dos acionistas. Nos anos seguintes, 2001/2002, a situação líquida da empresa, só foi afetada pelo resultado obtido nesses exercícios e pela distribuição dos resultados ocorridos em 2001.

50. Os aumentos das obrigações de longo prazo, identificadas nos exercícios de 2001/2002, correspondem a:

- (A) débitos efetuados na conta Empréstimos de Longo Prazo, relativos às Despesas Financeiras decorrentes das apropriações anuais dos juros incorridos.
- (B) registro das variações cambiais ativas relativas ao reconhecimento da desvalorização da moeda, na qual o empréstimo foi contraído.
- (C) créditos anuais efetuados na conta Empréstimos de Longo Prazo, relativos às Despesas Financeiras decorrentes das apropriações anuais dos juros incorridos.
- (D) registro a débito da conta Empréstimos de Longo Prazo, decorrente da apuração do valor das variações cambiais passivas anuais.
- (E) apropriação da atualização do saldo devedor da conta inscrita no Exigível a Longo Prazo, referente aos empréstimos em Moeda Externa.

<p>51. A variação total do Patrimônio Líquido em 2002 decorre</p> <p>(A) da apuração no exercício de 2002, de um resultado líquido negativo de 10.000.</p> <p>(B) do lançamento a débito de conta do Patrimônio Líquido, referente ao resultado de 2002.</p> <p>(C) de uma transferência para a conta de dividendos a pagar no valor de 30.000 em 2002.</p> <p>(D) do registro de uma dissídia de sócios, verificada durante o exercício de 2000.</p> <p>(E) do total do resultado líquido apurado em 2001 debitado em conta do Patrimônio Líquido.</p>	<p>54. NÃO constituem categorias econômicas da receita pública as Receitas</p> <p>(A) de Endividamento.</p> <p>(B) de Capital.</p> <p>(C) de Doações.</p> <p>(D) de Transferências.</p> <p>(E) Correntes.</p>
<p>52. Caracterizam a dívida flutuante:</p> <p>(A) serviços da dívida a pagar e créditos de tesouraria.</p> <p>(B) restos a pagar e serviços da dívida.</p> <p>(C) créditos de tesouraria e restos a pagar.</p> <p>(D) débitos e créditos de tesouraria.</p> <p>(E) débitos de tesouraria e depósitos.</p>	<p>55. Na Contabilidade Pública, o Balanço Patrimonial demonstrará:</p> <p>(A) Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Financeiro.</p> <p>(B) Contas de Compensação, Passivo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Financeiro, Passivo Permanente e Saldo Patrimonial.</p> <p>(C) Ativo Patrimonial, Passivo Patrimonial e Saldo Financeiro.</p> <p>(D) Ativo Operacional, Passivo Operacional, Ativo Realizável a Longo Prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo, Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.</p> <p>(E) Patrimônio Líquido, Ativo Permanente, Ativo Operacional, Ativo Realizável a Longo Prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo, Passivo Operacional e Contas de Compensação.</p>
<p>53. A restituição de receita arrecadada em exercício anterior constituirá de</p> <p>(A) despesa, que será contabilizada de forma a manter inalterados os montantes de receitas a serem repartidas entre a União, os Estados e os Municípios e entre Estados e Municípios.</p> <p>(B) redução de receita, que será contabilizada de forma a manter inalterados os montantes de receitas a serem repartidas entre a União, os Estados e os Municípios.</p> <p>(C) redução de receita, que será contabilizada de forma a excluí-la dos montantes de receitas a serem repartidas entre a União, os Estados e os Municípios e entre Estados e Municípios.</p> <p>(D) despesa, que será contabilizada de forma a excluí-la dos montantes de receitas a serem repartidas entre a União, os Estados e os Municípios e entre Estados e Municípios.</p> <p>(E) despesas ou redução de receita, que serão contabilizadas de forma a excluí-las dos montantes das receitas a serem repartidas entre a União, os Estados e os Municípios.</p>	<p>56. A importância de despesa anulada será</p> <p>(A) receita do ano em que se efetivar, quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício em que foi empenhada.</p> <p>(B) despesa independentemente do exercício em que foi empenhada.</p> <p>(C) revertida à dotação quando ocorrer após o encerramento do exercício em que foi empenhada.</p> <p>(D) receita quando ocorrer no mesmo exercício em que foi empenhada.</p> <p>(E) revertida à dotação de receita quando ocorrer no mesmo exercício em que foi empenhada.</p> <p>57. A cobertura de <i>deficits</i> na manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante</p> <p>(A) subvenções sociais.</p> <p>(B) superveniências passivas.</p> <p>(C) subvenções econômicas.</p> <p>(D) insubsistências passiva.</p> <p>(E) insubsistências ativas.</p>

58. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas

- (A) nas receitas, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- (B) nas receitas e despesas, resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- (C) no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- (D) no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- (E) no orçamento, resultantes da sua execução, e indicará o resultado orçamentário do exercício.

59. A empresa Sempre Atrasada S.A. tem suas demonstrações contábeis auditadas em 31 de dezembro de 2004. Em 03 de fevereiro de 2005, antes de o auditor externo emitir o seu parecer, a empresa perde seu principal cliente, o qual representa 25% do seu faturamento. O departamento financeiro informa que não haverá descontinuidade, mas os ajustes que a empresa deverá fazer para suportar a perda serão grandes. A empresa por estar com as demonstrações contábeis encerradas e preparadas para publicação decide publicá-las, conforme encerradas em 31 de dezembro. Diante e somente com esses fatos, o auditor

- (A) não deve adotar nenhum procedimento, em decorrência de o fato não ser referente ao período de auditoria.
- (B) não deve emitir parecer, pois as demonstrações contábeis estão comprometidas.
- (C) deve emitir parecer adverso ou negativado, em virtude de não poder concluir os trabalhos de auditoria na empresa.
- (D) deve abster-se de opinar, por não ter condições de avaliar completamente os efeitos na empresa.
- (E) deve ressaltar ou elaborar parágrafo de ênfase, em virtude da empresa não ter revelado o fato.

60. Ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa “Sem Valor S.A.”, o auditor externo constata que a mesma está com passivo a descoberto e que seu principal financiador encerrou as negociações com a empresa. Em conformidade com os procedimentos de análise de continuidade da empresa auditada, os dois fatores, respectivamente, que representam esses indicadores são:

- (A) financeiro e de operação.
- (B) financeiro e legal.
- (C) de operação e financeiro.
- (D) contábil e financeiro.
- (E) financeiro e financeiro.

REDAÇÃO

1. Atente para os dois textos abaixo.

Texto I

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

(...)

(Constituição Federal)

Texto II

A cobrança de tributos constitui, para não poucas prefeituras, um objetivo em si mesmo. Propicia-se, por vezes, uma ocupação afoita, não planejada, do solo urbano, o que pode representar não apenas uma ameaça ao meio ambiente como um risco para a saúde e a vida da população. Esta deve sempre se inteirar do preço que pagará – e não apenas em dinheiro – pela instalação de uma indústria química na cidade, que gerará empregos, sim, mas também dejetos venenosos. A quem cabe a escolha?

Baseando-se nos Textos I e II, escreva uma dissertação em prosa, na qual você se posicionará em relação ao tema presente nesses dois textos.

